

A TUA VOZ NO MUNICÍPIO
AUTÁRQUICAS 2017

ALBUFEIRA

PROGRAMA ELEITORAL





A TUA VOZ NO MUNICÍPIO AUTÁRQUICAS 2017

Albufeira





CONTEÚDOS

Pessoas-Animais-Natureza

Transparência e Participação	4
Mobilidade e Acessibilidade	6
Eficiência energética	7
Planeamento ambiental	8
Resíduos urbanos	9
Educação	10
Alimentação sustentável	12
Turismo	13
Proteção animal	14
Pessoas idosas	17





PAN Pessoas-Animais-Natureza

Não estamos sós no mundo! Vivemos num planeta que não é só nosso e em que tudo está interligado e interdependente.

O símbolo do PAN (Pessoas-Animais-Natureza) representa a unidade e interdependência de três causas que defendemos como uma só.

A mão humana aberta, generosa, interventiva e solidária, que se ergue da terra para o céu. As patas de animais não humanos, que simbolizam os companheiros com os quais partilhamos o planeta.

As folhas são uma alusão à natureza que nos rodeia e nos permite obter sustento para o corpo e para a alma.

O PAN foi fundado em 2009 e elegeu o primeiro deputado para a Assembleia da República em 2015.

Só entre 2016 e 2017 o PAN apresentou 84 iniciativas (40 projetos de lei e 44 projetos de resolução) e 150 perguntas/requerimentos ao Governo. Foram apresentadas 36 propostas de alteração ao Orçamento do Estado de 2017 que permitiram a aprovação de 6 medidas e no pacote legislativo da reforma da floresta foi possível aprovar 14 medidas propostas pelo PAN.

Destacamos algumas destas conquistas:

- Aprovação do novo estatuto jurídico dos animais, que deixou de considerar os animais como “coisas” para os entender como seres cientes;
- Inclusão de uma opção vegetariana em todas as cantinas públicas, uma proposta assente em motivações de saúde, éticas, ambientais e pedagógicas;
- Regulação do comércio de animais de companhia em estabelecimentos comerciais e através da internet e proibição da venda online de animais selvagens;
- Disponibilização do parto na água nos hospitais do serviço nacional de saúde.





Transparência e Participação

O funcionamento dos órgãos do município e das respetivas freguesias tem de ser transparente, de modo a facilitar uma democracia mais participativa e a reforçar as iniciativas como o orçamento participativo, incluindo o orçamento participativo jovem.

Com este objetivo o PAN defende que:

1. A informação disponibilizada na internet pelas autarquias deve conter toda a informação institucional relevante relativa à atividade do município;
2. Relativamente ao orçamento participativo, por ser um instrumento que permite dar voz à população, deve ser alargado aos mais jovens;
3. Os projetos vencedores do orçamento participativo necessitam ficar, desde logo, com os prazos de execução estabelecidos, devendo fazer parte da comissão de acompanhamento do projeto, pelo menos uma das pessoas proponentes iniciais;
4. Os projetos vencedores devem dar crédito aos devidos autores, ficando claro em cada projeto que a origem foi uma proposta vencedora de um orçamento participativo;





Mobilidade e Acessibilidade

No concelho de Albufeira a mobilidade através da rede de transportes pública é insuficiente não possibilitando aos seus moradores uma deslocação facilitada.

O PAN, nesse sentido, defende um modelo de mobilidade que passa pelo melhoramento da rede de transportes públicos e pela facilitação dos meios de mobilidade suave (pedonal e bicicleta), libertando o espaço urbano para espaços verdes, de lazer e de convívio.

A autarquia deve, por isso, responsabilizar-se por:

- Conceber ruas a pensar prioritariamente nas pessoas e não nos veículos particulares;
- Investir em transporte público seguro, acessível e conveniente;
- Incentivar os municípios a optar pelos transportes coletivos, diminuindo o uso dos automóveis nas deslocações casa/trabalho;
- Permitir a permanência de animais de companhia, quando acompanhados pelos respetivos tutores, com os habituais meios de contenção legalmente previstos, (transportadora, trela e/ou açaima), nas deslocações em transportes públicos, seja por motivos de lazer ou para assegurar as necessidades do próprio animal, como a ida ao médico veterinário;
- Fortalecer a rede de transportes públicos, nomeadamente o “Giro”, para que abranja todos os pontos do concelho num regime contínuo, com alargamento de horário e conseqüentemente aumento do número de paragens com a criação de abrigos condignos;
- Promover o transporte escolar coletivo para reduzir o congestionamento junto às escolas;
- Promover um levantamento das situações de falta de ligação pedonal entre áreas / zonas da cidade;
- Sejam analisadas e avaliadas as soluções de ciclovias já implementadas;
- Se evitem as ciclovias em cima dos passeios;





Eficiência Energética

Cabe à autarquia promover uma gestão racional da energia e procurar utilizar energias renováveis.

Assim, o PAN propõe:

1. Continuar a substituir gradualmente a iluminação pública e a semaforização por soluções mais eficientes, de preferência com aproveitamento da energia renovável fotovoltaica;

2. Que o transporte público seja sustentável ao se renovar de forma sistemática a frota atual a gasóleo, por uma frota elétrica reduzindo assim a emissão de gases nocivos e diminuindo o ruído;

3. Promover o autoconsumo de energia elétrica através da instalação de energia renovável fotovoltaica nos edifícios onde funcionem serviços da autarquia e nos edifícios onde funcionem empresas ou serviços sob a sua gestão;

4. Integrar sistemas solares térmicos nos equipamentos do município onde haja consumo de água quente, nomeadamente escolas, pavilhões desportivos, quartéis de bombeiros e piscinas;

5. Alargar as ações de sensibilização a toda a população, principalmente nas escolas, focando boas práticas para a redução de consumos energéticos;

6. Diminuir a frota de veículos da autarquia, promovendo a utilização dos transportes públicos ou veículos partilhados, junto dos colaboradores e chefias;





Planeamento Ambiental e Urbano

A infraestrutura Verde Urbana já foi referida pela Comissão Europeia como uma das prioridades de investimento futuro, sendo reconhecido o seu papel nas políticas regionais de desenvolvimento sustentável na Europa, pelo que para o PAN é prioritário que:

1. Seja elaborado um Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas, promovendo o melhoramento dos transportes públicos, a mobilidade suave e a eficiência energética;

2. O município crie um parque verde urbano à semelhança de outros no distrito. Na criação deste parque deverá ser dada preferência à arborização com espécies de fruto comestíveis, preservando a biodiversidade e reduzindo os custos da sua manutenção;

3. Haja a promoção de uma vertente sustentável e ecológica de turismo, nomeadamente em zonas rurais, diminuindo a pressão nas zonas costeiras e diversificando a oferta, reduzindo assim a sazonalidade e destacando o interior do concelho e a suas riquezas naturais e culturais;

4. Se dê prioridade à construção de um novo quartel dos bombeiros voluntários dotando-o de todas as condições e meios, requalificando o existente para alojamento de emergência para pessoas e animais;

5. Compromisso público de que o município de Albufeira adere ao movimento “Autarquias Livres de Petróleo e Gás”;





Resíduos Urbanos

O PAN considera importante:

1. Uma aposta mais célere e eficiente na recolha dos resíduos urbanos evitando com isso as atuais situações de insalubridade;
2. A colocação de mais papeliras no concelho, priorizando a cidade de Albufeira;
3. A realização de campanhas de sensibilização e incentivo junto dos munícipes, para a importância da reciclagem e colocação correta dos resíduos nos recipientes apropriados.
Esta prática é fundamental para uma boa estruturação do plano de recolha e higienização do concelho, ao mesmo tempo que possibilita mostrar os efeitos nefastos da sua não execução;
4. A intensificação da lavagem do espaço público com recursos a detergentes biodegradáveis;
5. A realização de campanhas de sensibilização dos munícipes sobre o tema “recolha de dejetos caninos”;
6. A distribuição de compostores domésticos, a instalação de compostores comunitários e a dotação com equipamentos de bio compostagem dos espaços de restauração coletiva, das escolas, dos lares e de outros serviços;
7. O investimento na instalação de pequenas centrais de compostagem, para facilitar a devolução dos nutrientes ao solo e apoiar a agricultura de proximidade (hortas urbanas, produções agrícolas na região ou mesmo os jardins camarários);





Educação

O PAN defende que a educação é a base de uma sociedade progressista e acredita que a autarquia deve garantir, em articulação com o Ministério da Educação, percursos de aprendizagem formais e informais para a reintegração no ensino, tal como programas de prevenção do abandono escolar.

Neste sentido propomos:

1. Dotar todas as escolas públicas do concelho de coberturas nas áreas de lazer, apelidadas de recreios, para que os alunos possam não só ter uma proteção efetiva em períodos chuvosos como solarengos.

Estas condições devem ser adaptadas à realidade de cada escola e condicionadas a um plano de prioridades;

2. Que seja assegurado o acesso ao ensino pré-escolar, primário e secundário de boa qualidade, promovendo uma educação para a diversidade, inclusão e igualdade;

3. Detetar e prevenir situações de violência psicológica e/ou física em meio escolar pelos próprios pares ou casos de violência entre o jovem e o adulto responsável pela segurança deste;

4. A autarquia deve promover a formação de formadoras/es e educadoras/es dos vários níveis de ensino no âmbito da disciplina positiva em detrimento da disciplina punitiva, assim como a educação emocional, ensinando comportamentos e emoções, ajudando as crianças/jovens e famílias a conhecer melhor as suas emoções e a lidar com elas;





5. A autarquia deve promover horas anuais pedagógicas, desde o pré-escolar, destinadas a ações cívicas, ambientais e de interação das escolas no seu território, fomentando assim a cidadania jovem mais ativa no Concelho;

6. Durante as interrupções letivas, a autarquia deve apoiar o desenvolvimento de ateliers de tempos livres para crianças e jovens, associando programas de lazer e ações de solidariedade, ligadas ao voluntariado em áreas de proteção da natureza, dos animais e apoio a idosos;

7. Cabe à autarquia definir um programa municipal de desenvolvimento sustentável, que preveja ações como a literacia ambiental nas escolas, desde o ensino pré-escolar, com o objetivo de alterar comportamentos de consumo, levando a uma redução do dispêndio de recursos naturais e à salvaguarda património natural, respeitando as características naturais dos ecossistemas.





Alimentação Sustentável

Doenças como obesidade, diabetes, hipertensão, doença cardiovasculares, cancro e doenças osteoarticulares representam mais de 70% dos gastos em saúde do estado português, atingem a maior parte das famílias portuguesas e devem-se maioritariamente ao estilo de vida presente na nossa sociedade.

Sendo a alimentação inadequada a principal responsável pela longevidade e qualidade de vida perdida pelos portugueses (16%), o poder local deve adotar políticas integradas que incluam alterações em diversas áreas de forma a facilitar mudanças de atitudes, comportamentos e perspetivas.

Atento às questões que prejudicam a saúde dos portugueses em geral e dos albufeirenses em particular, o PAN entende ser essencial as seguintes medidas:

1. Reforçar a presença de nutricionistas nas escolas de forma a garantir que a alimentação das crianças seja completa, equilibrada e saudável.

Esta medida é de extrema importância porque nas escolas do concelho de Albufeira, os menus escolares ainda apresentam quantidades elevadas de alimentos prejudiciais à saúde das crianças, nomeadamente os fritos, o açúcar e as carnes processadas.

2. Criação de programas de formação para distintos tipos de população, desde técnicos a pessoas idosas, abrangendo escolas incluindo pessoal auxiliar e cozinheiras/os;

3. Implementação de estratégias para o aumento da literacia nutricional e a capacitação dos cidadãos para as escolhas alimentares saudáveis e sustentáveis, como a criação de projetos que promovam o consumo de hortofrutícolas;





4. Criação e promoção de projetos de educação para a saúde, nomeadamente de intervenção comunitária e implementação de medidas que combatam o desperdício alimentar.

Turismo

O PAN entende que o turismo de natureza, o ecoturismo e turismo em movimento devam ser áreas a apostar numa região muito afetada pelo fenómeno da sazonalidade.

O concelho tem, entre vários pontos fortes, uma aldeia com património rural e muita biodiversidade que podem constituir um produto de turismo disponível todo o ano.

Para além disso e contrariando a realidade atual, a problemática da segurança deverá estar em evidência. Para isso propomos:

1. A dinamização de outro tipo de turismo além do turismo de praia. O turismo da cultura, da saúde e da natureza, são atrativos que o concelho pode oferecer aos visitantes, e mais ainda aos habitantes, de forma a promover o município fora das épocas altas e acabar de uma vez com o trabalho sazonal e precário, de que os albufeirenses tanto sofrem;

2. Reforçar o patrulhamento nas zonas críticas da cidade, aumentando o número de efetivos.;

3. A criação de um código de posturas e regulamentos municipais promovendo um turismo de qualidade e segurança;

4. Os mercados municipais são espaços privilegiados de comércio local, mas também de convívio e de socialização intergeracional que podem ser dinamizados de forma a atrair mais turistas para estes espaços, dinamizando a economia local.

Ao longo dos anos, estes espaços foram perdendo clientes devido às grandes superfícies, motivo pelo qual o PAN defende a urgência da sua revitalização, através da introdução de novas funções (por exemplo restaurantes) e da distribuição de





produtos locais e regionais, de preferência sazonais e biológicos, promovendo a produção e a economia locais.

Proteção Animal

As políticas públicas municipais devem revestir-se de um fundo ético-humanitário, o qual não pode ser alheio ao respeito pela vida animal, ainda para mais porque por força do novo estatuto jurídico dos animais, estes deixaram de ser considerados “coisas” para serem reconhecidos como seres dotados de sensibilidade e consciência.

Assim consideramos fundamental:

1. Criar um regulamento municipal que promova uma maior proteção, saúde e bem-estar animal na autarquia através das seguintes medidas:

- Fomentação da posse e detenção responsável;
- Disciplinando a identificação e o registo de animais;
- Permitindo a circulação na via pública e o alojamento de animais de companhia;
- Execução das respeitadas medidas de profilaxia médica e sanitária;
- Aperfeiçoamento do funcionamento do centro de bem estar animal;
- Detenção e demais questões relativas a outras espécies, adaptando princípios de precaução contra atos que inflijam sofrimento físico ou psíquico aos animais;

2. Dotar o “Centro de Bem Estar Animal” de meios e instalações adequadas, permitindo o acolhimento temporário até ao seu realojamento/adoção, em verdadeiras condições de bem estar;

3. Dotar o serviço municipal de veterinária de mais pessoal competente para o exercício das funções que lhe forem atribuídas;





4. Elaboração de um protocolo, entre a autarquia, uma clínica veterinária do concelho, os bombeiros voluntários, a GNR - guarda nacional republicana e a proteção civil, no sentido de dar resposta célere a todas as situações de atropelamento de animais errantes, aferindo se os mesmos têm detentor;

5. Criação de parques caninos no concelho, sobretudo nas freguesias mais urbanas, integrados nos espaços de lazer já existentes ou em zonas verdes, constituídos por um espaço vedado com vários obstáculos, que permitam que os cães possam correr e brincar soltos em segurança, proporcionando o seu exercício e socialização, bem como a fomentação da convivência entre os detentores de animais de companhia. Os equipamentos devem ainda integrar bebedouros para pessoas e animais e dispensadores de sacos para os dejetos caninos e respetivos recolectores;

6. Criação de um portal no site do município, específico para campanhas de adoção e para publicação de animais perdidos e encontrados no concelho de Albufeira, com acesso direto a todos os munícipes;

7. Promoção de ações de educação e sensibilização da população, em particular das crianças e jovens nas escolas, contra o abandono e os maus tratos, para uma detenção responsável de animais de companhia e respeito pela vida animal, nomeadamente quanto aos benefícios da esterilização, fomentando uma atitude mais consciente perante a decisão de adotar ou adquirir uma animal de companhia;

8. Realização de campanhas de esterilização anuais, possibilitando a esterilização dos animais de companhia detidos pelos munícipes que comprovem ter dificuldades financeiras e ainda dos animais errantes ou abandonados do concelho, e de sensibilização da população para os benefícios da esterilização animal, com vista a prevenir o flagelo do abandono e a reprodução descontrolada de animais de companhia;

9. Dar resposta urgente à problemática do aumento descontrolado de colónias de gatos silvestres, através do programa CER - Capturar, Esterilizar e Recolocar;





10. Criação de programas de apoio aos animais detidos por pessoas em especial situação de vulnerabilidade social e sem abrigo;

11. Proibição por parte da autarquia, a instalação de circos ou atividades similares com animais, no concelho, bem como a recusa a qualquer tipo de apoio inconstitucional, nomeadamente de cariz financeiro ou cedência de quaisquer outros benefícios ou isenções a estas atividades;

12. Declarar Albufeira uma cidade livre da tauromaquia, considerada uma demonstração de tortura cruel e sangrenta, que não representa a vontade dos cidadãos e turistas, propondo a requalificação da praça de touros, num espaço para realização de verdadeiras manifestações culturais. (música, teatro, eventos desportivos, etc)





Pessoas Idosas

No último século deu-se uma inversão na pirâmide etária, resultando no envelhecimento da população. A Organização das Nações Unidas (ONU) estima que em 2050 haverá mais de 2 bilhões de pessoas com mais de 60 anos.

Apesar do envelhecimento da população, a sociedade não se adaptou às alterações e oportunidades daqui decorrentes.

Tudo isto dificulta a permanência em casa das pessoas idosas a partir do momento que perdem a sua autonomia, recaindo sobre a família a responsabilidade de cuidar.

Infelizmente, muitas vezes a vida atual (trabalho, horários, distância) não se coaduna com as implicações de manutenção da pessoa idosa no seu lar. Paralelamente, existe um déficit de instituições para prestar apoio a estes idosos.

Como tal, o PAN defende a permanência da pessoa idosa, mesmo que dependente, na sua habitação. *Para isso, é necessário:*

1. Dinamizar, em estreita colaboração com as instituições competentes, equipas multidisciplinares de apoio aos idosos dependentes, melhorando a funcionalidade da pessoa em situação de dependência, através da sua reabilitação, readaptação e reinserção familiar e social;

2. Criar um serviço de apoio a pessoas idosas, em situação de carência e que vivam sós, com menores e animais, para que sejam efetuadas de forma gratuita pequenas reparações e entregas domiciliárias nas residências através de protocolos com empresas;

3. Criar um conjunto diversificado de equipamentos de residências alternativas para as pessoas idosas, quando já não seja possível permanecerem no seu lar, com um valor de renda definido mediante os rendimentos mensais de cada pessoa e com distintos graus de assistência, com a possibilidade de levarem o seu animal de companhia.

